

## Royalties e comunicação popular na Bacia de Campos: uma experiência de Vigília Cidadã<sup>1</sup>

Simone Rodrigues BARRETO<sup>2</sup>

Marcelo Carlos GANTOS<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
Campos dos Goytacazes, RJ

### RESUMO

Este artigo discorre sobre a experiência da produção colaborativa adotada pelo Projeto de Educação Ambiental: *Royalties e Vigília Cidadã* (PEA-TP), que acontece em 10 municípios na Bacia de Campos (PEA-BC), no Rio de Janeiro, desde 2014. O projeto tem como iniciativa o aumento do acesso a informações relacionadas aos royalties do petróleo na região de extração petrolífera, qualificando a discussão pública com um processo pedagógico crítico e não formal, voltado a membros e ativistas cidadãos. Entre as ações está a materialização da comunicação popular na experiência da Vigília Cidadã (VC). De forma qualitativa e bibliográfica, busca-se neste estudo, analisar conceitos da comunicação popular e práticas de cidadania, voltando-se, em específico, para a experiência do Boletim Digital como forma de participação popular e de controle social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologias da Informação e Comunicação; Cidadania; Boletim Digital; Territórios do Petróleo; Controle Social

### INTRODUÇÃO

Ao longo do século XXI pode-se observar que os conglomerados midiáticos se mostram incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático sobre vários temas. Nas sociedades midiáticas, os meios de comunicação sempre ocuparam um lugar estratégico para a constituição do espaço público, porém as relações de mercado dos *medias* com os setores hegemônicos de poder nem sempre dão voz a diversos sujeitos. Ao mesmo tempo em que esses meios de comunicação são

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e-mail: [sibarreto@gmail.com](mailto:sibarreto@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor titular do Laboratório de Estudos do Espaço Antropológico (LEEA) do Centro de Ciências do Homem (CCH), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e-mail: [mcgantos@gmail.com](mailto:mcgantos@gmail.com)

---

controladores, também dizem se esforçar para exercerem a cidadania, mas tal cidadania muita das vezes não provoca reflexão do papel político, social e cultural dos cidadãos. Isso é o que aponta Maria Cristina Mata (2006), sinalizando a necessidade de um modelo mais eficiente de comunicação para os excluídos. A autora propõe uma cidadania a partir do campo das ciências sociais e políticas, vinculadas à comunicação, e nos permite pensá-la como “prática que implica na capacidade de ser sujeito em todos os âmbitos em que se constroem o poder e, por consequência, como prática que implica participar efetivamente na elaboração das regras. (MATA, 2006, p. 8)

É nesse sentido que o presente artigo volta seu olhar para o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã (PEA-TP), no contexto de implementação das medidas de mitigação de impactos ambientais de licenciamento ambiental federal conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), referente a atividades da Petrobras na Bacia de Campos, inserido na Linha de Ação B – “Controle Social da aplicação dos *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural” (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10), para buscar compreender as formas em que ocorrem a materialização da comunicação popular e cidadã<sup>4</sup>, bem como observar como se dá a apropriação das ferramentas comunicacionais, principalmente com o uso ativo das tecnologias digitais, utilizadas pelos sujeitos da ação do projeto, tendo como recorte temporal a fase II de atividades socioeducativas, que compreende julho de 2017 a junho de 2019.

## O Projeto

O projeto denominado “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã (PEA-TP)” situa seu acionar na geografia e no cenário de demandas informativas oriundas dos grupos sociais vulneráveis identificados durante o Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012), direcionadas a questão dos *royalties*. O projeto atua e intervém - diretamente e indiretamente – sobre um público diversificado pertencente a 10 municípios da BC

---

<sup>4</sup> De acordo com Peruzzo (2008), ao longo dos anos, a comunicação popular foi também denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica, radical dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.

---

(Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra)” (PETROBRAS, 2013, p. 1).

Nesse recorte para o Norte Fluminense e a Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, municípios, estes, confrontantes com a Bacia de Campos, produzem cerca de 69% do petróleo brasileiro (ANP, 2018), tendo impacto financeiro positivo nas receitas municipais.

Como compensação, as prefeituras desses municípios passaram a receber pagamento dos *royalties* do petróleo. Essas mudanças foram trazidas pela Lei 9.478/97 - Lei do Petróleo – que proporcionou um aumento significativo nas rendas dos municípios dessas regiões que, além de já serem beneficiadas pelo pagamento dos *royalties* a partir de critérios geográficos definidos pelas Leis 7.453/85 e 7.525/86, foram favorecidos com o incremento dessas receitas, conhecidas como Participações Especiais.

Nos últimos cinco anos o potencial de exploração de petróleo se ampliou devido a novas descobertas do pré-sal em todo o país, porém, acredita-se que as populações mais vulneráveis socialmente ficaram com o ônus do progresso tanto na região fluminense, como nas demais áreas do país.

No Norte Fluminense, sabe-se que a utilização dos recursos dos *royalties* e das participações especiais vem ocupando a atenção dos grupos sociais que desejam compreender sua origem e destinação em benefícios de todos e por essa razão, a comunicação popular, associada ao processo educomunicativo, tem sido uma das principais ferramentas de políticas públicas de cunho social não sempre avaliada adequadamente em sua tríplice dimensão de eficiência, eficácia e efetividade.

Neste projeto de investigação, os atores sociais privilegiados são, os membros dos Núcleos de Vigilância Cidadã (NVC) do Projeto Territórios do Petróleo, denominados “sujeitos da ação educativa”, que foram identificados a partir das ações da fase I do projeto, em consonância com as diretrizes delineadas pelo Órgão Ambiental Federal (CGPEG/IBAMA) e baseado nos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012), momento em que ocorreram as atividades itinerantes do PEA Territórios do Petróleo, município a município, debatendo publicamente com os sujeitos da ação educativa as questões dos *royalties* e os impactos da indústria do petróleo no processo de Licenciamento Ambiental da Bacia de Campos (BC).

---

Nesse percurso, mais de 10 mil pessoas foram mobilizadas e, a partir dessa interação, foram identificados e selecionados cerca de 300 potenciais sujeitos da ação educativa para integrarem a II fase de Formação dos 10 Núcleos de Vigília Cidadã. Muitos deles são representantes de agentes comunitários, lideranças comunitárias, membros de associações de moradores, quilombolas, trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores; alguns dos quais também são participantes de outros PEAs da Bacia de Campos (BC).

Estabelecidos os sujeitos da ação de cada NVC, foi dado o pontapé do primeiro produto comunicacional da VC: o Boletim Digital “Redes Territórios do Petróleo”, que passou a ser construído em cada NVC, com mediação da equipe técnica local. O objetivo principal dessa atividade contínua era estimular a participação e o protagonismo dos participantes do Projeto de forma continuada, sendo expostos mensalmente num exercício comunicacional.

Sabe-se que o termo participação dentro do contexto social brasileiro tem a ver com tomar parte ativamente. Isso é o que aponta Cicília Peruzzo (1998, p. 73), levando em consideração a experiência histórica do povo brasileiro. De acordo com a autora, nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos esses povos não têm tradição de participação ou conscientização política.

Nos municípios da Bacia de Campos, região compensada financeiramente pela extração de petróleo, essa participação é vista como inexpressiva, haja vista que boa parte das prefeituras dessa região recebem recursos financeiros importante provenientes das participações governamentais (*royalties* e participações especiais), uma compensação financeira paga pela extração do recurso natural e finito, mas nem sempre o cidadão tem conhecimento de quanto é gasto dessas receitas nos serviços públicos e nem mesmo sabe como exercer controle social dessas receitas.

Por todo esse histórico, há cerca de uma década que Meio Ambiente, Educação e Comunicação caminham juntas. A Lei Federal 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Quatro anos depois, o Ministério do Meio Ambiente recria, em 2003, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA adota, então, como uma de suas linhas de ação, a “Comunicação para a Educação Ambiental” e a descreve como: “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental”. (BRASIL, 2008).

---

Em 2004, o Departamento de Educação Ambiental realiza a I Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, de onde saem discussões que apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação socioambiental na perspectiva da educomunicação.

Os princípios, objetivos e ações da proposta criada em 2005 foram associados ao Programa Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de orientar práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, tendo como foco princípios de dialogismo e participação em toda ação comunicativa irradiada.

Para Soares (2000), há, principalmente na América Latina, um referencial teórico que sustenta a inter-relação comunicação/educação como campo de diálogo, espaço para o conhecimento crítico e criativo para a cidadania.

O termo “educomunicação” foi utilizado por Mário Kaplún (1998), para definir ações de educação do público de modo a fazer leituras mais críticas dos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação de massa. Para o educador argentino, não se deve consumir produtos midiáticos sem reflexão crítica.

Nos últimos 20 anos esse conceito é validado na América Latina, porém, sofreu algumas alterações teóricas e metodológicas junto com as profundas mudanças ocorridas a partir da disseminação de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), tais como o desenvolvimento da internet e a popularização de ferramentas digitais (redes sociais, sites interativos, blogs etc.).

Esse conceito é aplicado, através da educação popular, nos NVC do PEA-TP, tendo como premissa a leitura mais crítica dos meios de comunicação, apropriação do conhecimento legal da aplicação dos *royalties* do petróleo e dos instrumentos de controle social, conforme define a linha de ação B – Controle Social da aplicação dos *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás. (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10).

Tal linha de ação propõe desenvolver, com um público diversificado, o acompanhamento, a divulgação e a discussão pública em torno do recebimento e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e de participações especiais) pelo poder público municipal.

Para o Ibama, esta linha de ação justifica-se pela necessidade de mitigação dos impactos produzidos pela atividade licenciada sobre a organização político-econômica dos municípios da região.

---

As ações do projeto acontecem desde 2014 e visam auxiliar os participantes a avançar na ampliação do conhecimento sobre a renda petrolífera, assim como compreender sua realidade, promovendo assim articulações sociais em diversas escalas que facilitem e ampliem o acesso dos munícipes aos dispositivos democráticos de controle social. (PEA-BC, 2016, p. 2)

Acredita-se que refletir no potencial que a educação e a comunicação popular têm como promotor de cidadania e de controle social são importantes para compreender as práticas comunicacionais aplicadas no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã, cujo objetivo é empoderar os sujeitos da ação educativa em um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo do controle social dos *royalties* do petróleo.

## **O Boletim Digital**

Fruto da Vigília Cidadã, o “Boletim Digital Rede Territórios do Petróleo” foi gestado em experimentos de “ecossistema comunicativo” (MARTÍN-BARBERO, 1998 e 2002), (SOARES, 2002, 2009) e foi implantado como um dos produtos de comunicação do projeto, sendo um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo dos SAE, com constante moderação, estando inserido no campo de análise da mobilização.

Na prática, esta diretriz sinalizou a expressão da Vigília Cidadã vivenciada nos Núcleos. Como forma de institucionalização, foi estabelecida a presença dos técnicos socioeducadores no momento da produção do conteúdo para que os eixos principais do projeto Territórios sejam lembrados e contemplados pela produção informacional de cada NVC.

O formato dos boletins foi o PDF, com *templates* definidos com a identidade visual de cada NVC, foi prevista a expansão dos boletins digitais para outras plataformas, tais como *Podcast's*, animações para TV's, distribuição por mala-direta e redes sociais. Como periodicidade estabelecida, cada NVC produziu pelo menos um boletim bimestralmente.

Segundo Cicilia Peruzzo (2003), na relação entre comunidade, comunicação e cidadania, o indivíduo que se encontra presente neste contexto passa a se posicionar como

---

agente ativo em seu papel de cidadão. A autora acredita que a comunicação produzida pela comunidade não tem apenas um caráter reivindicatório, mas educativo, não só por fazerem parte de um processo de organização na comunidade, mas através de seu canal de comunicação com suas práticas e conteúdos carregados de informações culturais.

A dinâmica inserida, neste contexto, facilita a compreensão não só do fazer comunicacional, como dos mecanismos da estrutura do poder: a) esclarece seus direitos, b) discute os problemas locais a fim de cobrar do poder público soluções. Desse modo, a autora sugere que o caráter educativo da comunicação é ressaltado como:

a participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem estar em bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura. (PERUZZO, 2003, p.10)

Para abordar todo esse cenário comunicacional, é necessário observar o espaço que a Educomunicação<sup>5</sup> ocupa na educação ambiental crítica, bem como analisar a proposta da Vigília Cidadã utilizada no PEA Territórios do Petróleo.

O ponto de partida desta produção foi o ciclo de oficinas de educomunicação, realizado em novembro e dezembro de 2017, quando pesquisadores e técnicos travaram contato com os NVC dos dez municípios para dialogar com os participantes do projeto sobre as técnicas informacionais que poderiam ser utilizadas para compor os produtos comunicacionais de cada NVC.

Como principal metodologia, os NVC desenvolvem várias atividades para estimular a VC, tendo como foco o olhar voltado aos recursos das receitas petrolíferas. A Vigília Cidadã compreende basicamente três tipos de atividades que serão foco das ações educativas:

a) Reunir, caracterizar, analisar e mapear informação a respeito da natureza sistêmica dos impactos da indústria do petróleo, os conflitos em torno deles e suas diversas percepções e apropriações; o contexto da economia política dos recursos naturais no extrativismo; as discussões políticas da partilha e a contabilidade pública dos *royalties*

---

<sup>5</sup> Educomunicação é um conceito proposto por Mário Kaplún (1998), que definir ações de educação do público, propondo leituras mais críticas dos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação de massa. Nos últimos 20 anos esse conceito é validado na América Latina, porém, (RENÓ, 2015) aponta alterações teóricas e metodológicas junto às mudanças ocorridas a partir da disseminação de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Voltaremos a apresentar e explicar esse conceito com mais detalhe mais adiante neste projeto de doutoramento.

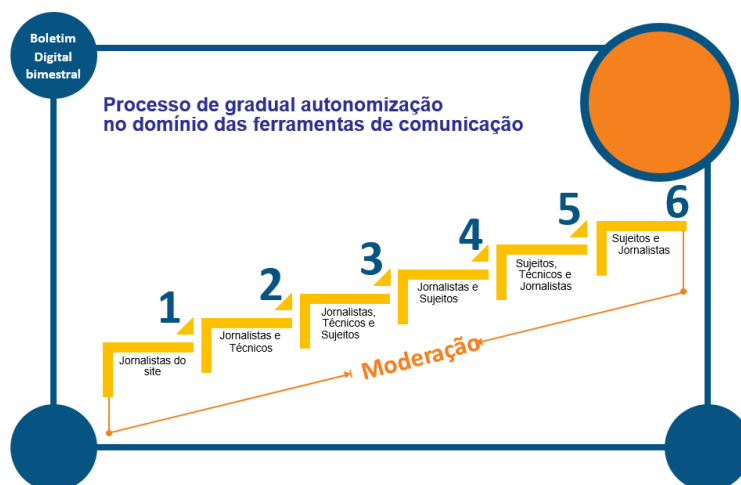
nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos);

b) Pesquisar, ler, discutir e sintetizar a informação sobre os municípios da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo: interpretar e elaborar notícias e informes; formar uma visão crítica sobre questões como recursos naturais, impactos sociais, *royalties*, controle social, desenvolvimento, crise ambiental; e propor visões prospectivas baseadas em cenários econômicos e socioculturais futuros dos municípios da BC;

c) Difundir, comunicar, interpretar e partilhar a informação em rede: oferecer qualificação em linguagens e formatos comunicacionais disponibilizando acesso aos SAE em suportes diferenciados.

As pautas produzidas pelos NVC são livres, seguindo apenas a exigência de correlacionar o assunto escolhido à temática *royalties* do petróleo. Partindo dessa temática, é impossível não voltar o olhar para a influência que os *royalties* do petróleo exercem no Estado do Rio de Janeiro, sobremaneira na Bacia de Campos, área em que a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro está inserida há 20 anos. Ao observar todo esse cenário, pode-se afirmar que a distribuição das receitas oriundas da exploração do petróleo (*royalties* + participações especiais) na Bacia de Campos, no Norte Fluminense, sempre mobilizou a agenda midiática, desde a década de 1980, motivando discussões acaloradas no cenário político.

**Figura 01:** Esquema visual da projeção de gradual autonomia dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) no uso das ferramentas de comunicação do projeto Territórios do Petróleo:



Fonte: PEA-TP



No boletim digital, são seguidas diretrizes de ação que refletem a institucionalidade que ampara o projeto, apoiada em quatro atores: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão ambiental responsável pelas diretrizes gerais e fiscalização dos trabalhos; Petrobras, financiadora do projeto a partir de uma exigência do licenciamento ambiental de empreendimentos de petróleo e gás; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), instituição executora e responsável técnica pelo projeto; e FIA (Fundação Instituto de Administração), incumbida da gestão financeira.

No processo produtivo das notícias, os técnicos do projeto atuantes em cada NVC se fazem presentes como mediadores, norteando a produção de conteúdo para que os eixos principais do projeto Territórios do Petróleo sejam lembrados e contemplados pela produção informacional de cada NVC.

**Figura 02:** 6ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – Rio das Ostras, publicado em junho de 2018:



**Figura 03:** 8ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – Quissamã, publicado em abril de 2019:



## O conceito Vigília Cidadã (VC)

De acordo com Gantos (2015), a noção de Vigília Cidadã (VC) nos remete a “um estar acordado”, a um estado de consciência alerta. Ela é definida como o domínio da informação necessário para promover a vigilância cidadã sobre a gestão municipal da renda petrolífera na Bacia de Campos (BC). “A metodologia da vigília visa propiciar um agir comunicativo que sustente uma mediação eficaz entre a esfera pública e os segmentos da sociedade considerados sujeitos da ação educativa”. (GANTOS, 2015, p. 11)

A proposta de VC forja um serviço de suporte e orientação para a ação cidadã baseado na cogestão social de um conjunto de atividades, práticas e rotinas que implicam estar informado, informar e partilhar informação de forma permanente e, ao mesmo tempo, estudar, entender e representar desde o ponto de vista dos SAE os cenários, mutações e permanências, visualizando o que está em jogo no dia a dia da vida nos territórios do petróleo fluminenses.

As atividades que compõem a VC estão direcionadas:

- 1) para a descoberta e detalhamento da natureza complexa e “invisível” da cadeia de impactos vinculada aos *royalties* e à indústria do petróleo em suas localidades e
- 2) para a identificação, discussão e superação dos entraves detectados no primeiro Ciclo sobre a compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas nas localidades afetadas.

Essa metodologia desenvolvida por Gantos (2015) se apoia na análise e diagnóstico sociocomunicacional de comunidades e organizações (VIZER, 2007), método que consta de um roteiro de “observação social” e um dispositivo para análise e diagnóstico em coletivos sociais — neste caso aplicado aos NVC — que permite usar estratégias participativas e pesquisa-ação focadas em assuntos pré-determinados de informação, interpretação e comunicação grupal (*royalties*).

Este dispositivo funciona como uma rede que relaciona sujeitos, coisas e discursos e oferece categorias e dimensões de observação de práticas sociais com ênfase nos processos comunicacionais.

Aplica-se como uma metodologia empírica com o objetivo de pesquisar o funcionamento e os modos de apropriação e cultivo dos entornos dos NVC em seus múltiplos contextos (materiais, sociais, culturais, simbólicos e psicológicos). A Vigília,

---

enquanto metodologia, foi idealizada para auxiliar os grupos sociais participantes do projeto no estudo e preparação de estratégias, representações coletivas e respostas possíveis aos desafios do desenvolvimento regional e à (in)justiça ambiental e, sobretudo, em uma qualificada participação política nos processos decisórios e na gestão do controle social dos *royalties*.

Esta modalidade de Vigília dos *royalties* propõe o exercício de produzir uma forma inovadora e mais justa de partilhar a informação, aumentando o capital simbólico, os referenciais, os vínculos e cultivando o entorno social dos sujeitos da ação educativa.

Nesse contexto, observa-se que quando o assunto é educação ambiental, os temas exploração e extração são vocabulários comuns desde os primórdios da história e cultura brasileira. Pode-se citar a relação comercial global a partir da condição de colônia de exploração, quando boa parte dos recursos naturais como: mata atlântica, pau-brasil, cana-de-açúcar, café, ouro, diamante e diversas outras riquezas naturais, foi apropriada e destruída por estrangeiros.

A mais recente extração de recurso natural é o petróleo. Nesse caso, a indústria petrolífera promoveu mudanças nos últimos 40 anos não só econômicas como também culturais e sociais nos municípios de todo o país.

## **Conclusão**

Acredita-se que as práticas comunicacionais, amparadas pela comunicação popular, como metodologias pedagógicas do PEA-TP, associada à educação popular proporciona emancipação política nos indivíduos, pois podem promover reflexão crítica, conscientizando-os da necessidade do controle social e participação democrática por parte das comunidades afetadas diretamente pelos impactos ambientais da extração do petróleo.

No PEA-TP, é de se esperar que mediante o desenvolvimento do exercício da Vigília Cidadã que cada NVC apresente um padrão diferente de resposta aos estímulos de participação e de utilização de ferramentas de comunicação aportados pelo projeto, podendo-se prever distintos arranjos, ora mais horizontais e afinados com a noção de “ecossistema comunicativo” (SOARES, 2009), ora mais verticais; ora mais participativos, ora mais dependentes da figura de um ou mais líderes; ora mais autônomos, ora mais dependentes dos subsídios oferecidos pelos técnicos e pesquisadores contratados pelo projeto.

---

Após a construção do Boletim Digital, observou-se que muitos participantes já levaram para suas comunidades ou instituições que atuam tal experiência, buscando implementar a forma comunicativa para se relacionar e construir conhecimento de suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 6938/1981. Política Nacional de Meio Ambiente Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação ambiental e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília.

CGPEG/DILIC/IBAMA. Relatório sobre os projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos e diagnóstico participativo do PEA-BC. Rio de Janeiro: CGPEG, 2012

CGPEG/DILIC/IBAMA. Nota Técnica No 001/10. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: CGPEG, 2010 c.

CGPEG/DILIC/IBAMA. Nota Técnica No 010/12. Identificação e avaliações de impactos ambientais: orientações metodológicas no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: CGPEG, 2012.

GANTOS, Marcelo Carlos. Territórios do Petróleo: uma experiência de educação ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental de Gás e Petróleo no Brasil. **Ambientalmente sustentável**, Espanha, 1 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA. **Seminário sobre a Formação do Educador Ambiental para atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Anais. Brasília: Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação/IBAMA, 1995.

KAPLÚN, Mário. **Una Pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

\_\_\_\_\_. **El comunicador popular**. 2ª ed., Buenos Aires, Argentina, Lúmen Hymanitas, 1987.

\_\_\_\_\_. **A la educación por la comunicación**. 2ª ed., Quito, Ecuador, Ciespal, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **(Re) conhecendo a educação ambiental brasileira**. In:

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Editora UFRJ, 2006.

MATA, Maria Cristina. Comunicação e cidadania Problemas teórico-políticos de sua articulação. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, Unisinos. 2006. revista eletrônica. Disponível em < <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>> Acesso em 10 fev 2019.

MMA. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Brasília, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural**. Brasília, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados**. **Palavra Chave**, Univ ersidad de la Sabana, 3 dez. 2008. Disponível em < [http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503\\_/1744](http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503_/1744)> Acesso em 08/01/2019.

PETROBRAS. **PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EA. Projeto Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos**. 2013.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, Cícilia M. Krohling. **Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento**. In: PERUZZO, Cícilia M.K.; Almeida, Fernando F. (Orgs). **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. P. 245-264.

\_\_\_\_\_, Cícilia M. Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. **Revista Humanidades**. V. 55. P.100-108, agosto de 2008b.

SOARES, Ismar Oliveira. **Educommunication**. São Paulo: NCE–ECA/USP. 2009.

\_\_\_\_\_. **Gestão comunicativa e educação – caminhos das Educomunicação**. In: **Revista Comunicação & Educação**, SP, (23): 16 a 25, jan./abr. 2002.

\_\_\_\_\_. **Educomunicação: um campo de mediações**. In: **Revista Comunicação & Educação**, SP, (19): 12 a 24, set./dez. 2000.

TERRITÓRIOS do Petróleo: Cartilha Cidadãos em Ação. Campos dos Goytacazes: ADUENF, 2014.

VIZER, Eduardo Andrés. **Un modelo tridimensional de la comunicación. Mediatización y la doble faz de la(s) realidad(es) social(es)**. **Mediaciones Sociales**, NÀ 5, II semestre 2009, pp. 3-22.

\_\_\_\_\_. **Socioanálises: metodologia de investigación, análisis diagnóstico e intervención social**. Savia N° 5. México: Unversidade de Sonora, noviembre 2007.

